

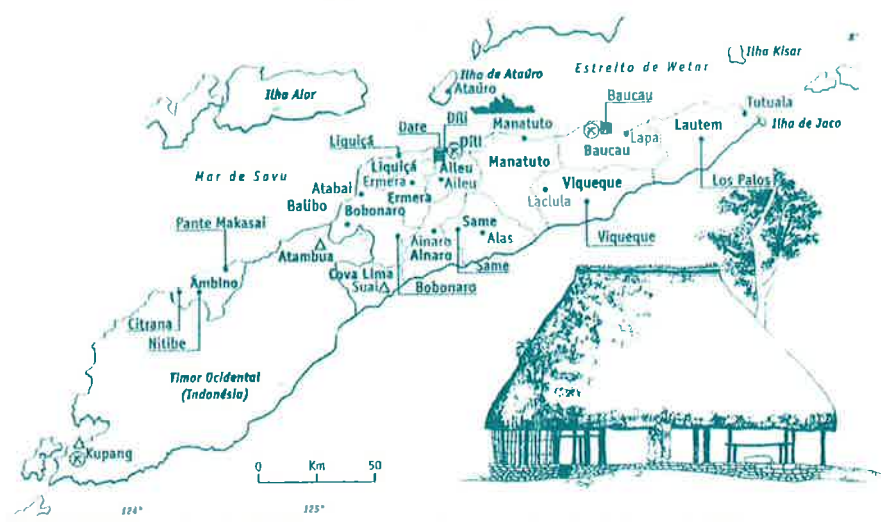
Macau já passou...

PASSOU o encontro de Macau com a sua concorrida participação no Seminário temático sobre a "Dinâmica Transcultural da Arquitectura", com a presença de todas as Delegações do CIALP acrescidas da significativa representação de Timor Leste, com as visitas técnicas guiadas ao território, com a "mostra" de livros ligados ao exercício da profissão, com a sua pequena exposição de arquitectura, com a ambição de superar a timidez dos avanços deste Conselho Internacional face "ao tudo" que se pode ainda construir, com a expectativa quanto à realização do importante Encontro de Maputo no próximo ano 2000...

As comunicações foram muitas, das quais alguns extractos publicados neste Boletim apenas darão uma pálida imagem, assim como foi grande a repercussão havida junto das instituições públicas e Comunicação Social macaenses, para o que muito concorreram os Colegas da Associação dos Arquitectos de Macau com a promoção do ambicioso programa do Encontro e as provas sobejamente dadas no território, da importância da classe profissional dos arquitectos no desenvolvimento ordenado dos espaços às suas mais diversas escalas, quer na concepção dos novos, quer na reabilitação dos existentes.

Tem, no entanto, sido sombrio o pós Macau.

À retoma das relações de confiança indispensáveis ao desenvolvimento da Guiné Bissau, continuou pouco animadora a situação em Angola e surgiu a impensável destruição e chacina do território



TIMOR LESTE, membro do CIALP com o estatuto de observador, desde Junho de 1999

de Timor Leste e das suas populações, feita pelas forças militares e militarizadas indonésias. Aproveitando a estadia em Lisboa do colega Domingos Fernandes Gomes, Vice Presidente do CIALP, foram variadas as ma-

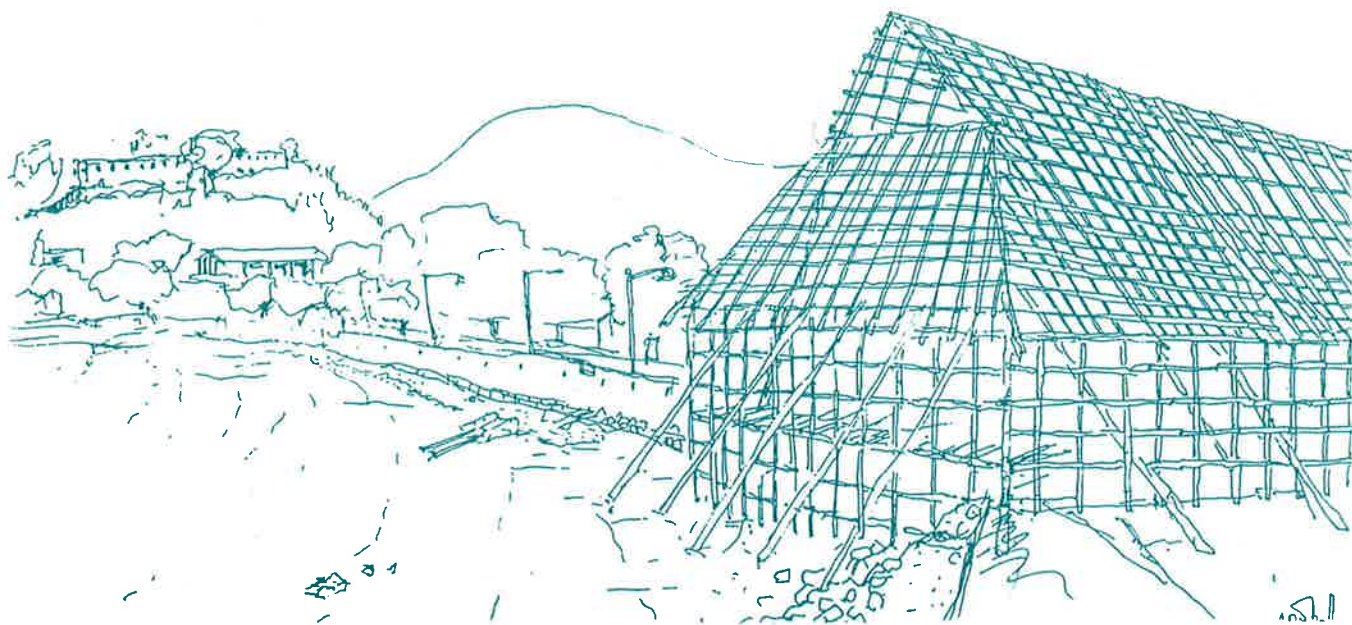
nifestações de solidariedade e outras formas de pressão mais directas feitas pela Junta Directiva, manifestações estas que tal como tantas outras ficaram muito aquém daquilo que poderia e poderá ser feito pelo povo Timor Lorosae independente. É afinal este território, desde o dia 19 de Junho do corrente ano e com o estatuto de observador, o novo Membro do CIALP.

Foi conseguido um contacto em meados do mês de Setembro com o Colega César Vital Moreira, representante de Timor Leste no encontro de Macau, tendo sido constatado que embora então refugiado em Djakarta, capital da Indonésia, se encontrava numa situação de grande dificuldade e insegurança física. Aos seus apelos concretos de apoio foram e continuarão a ser feitas de Lisboa todas as acções julgadas possíveis.

Aos Colegas César Vital Moreira e António Ximenes, aos restantes arquitectos timorenses, assim como a toda a população em geral, se enviam os mais fraternos e sinceros votos de solidariedade, continuando-se a disponibilizar o CIALP para dar o apoio ao seu alcance, no sentido da necessária segurança das pessoas, assim como da sequente pacificação e desenvolvimento do território.

José Silva Carvalho, arquitecto
Presidente do CIALP

A Arquitectura de Bambú em Macau



1 — Estruturas de apoio à construção

Os andaimes constituem uma tradição construtiva com alguns séculos, baseada num conhecimento empírico/prático. A principal função destes é prover acesso temporário, servir de plataforma de trabalho para os operários (levar a cabo a produção da obra) e para os encarregados de fiscalização. Estas actividades podem ser desde o revestimento exterior de paredes à manutenção do edifício. A maior vantagem no uso de andaimes em bambú é a sua flexibilidade e adaptabilidade às mais variadas formas dos edifícios; podendo ser empregues em espaços estreitos, em terrenos inclinados, servindo como consolas e para edifícios com mais de 30 pisos. Existem dois tipos de andaimes: simples e de duas camadas. Os primeiros consistem num único plano de armação, normalmente usados para a instalação das cortinas de vidro, e durante a construção para acesso servindo também de barreira de protecção. O sistema de dois planos estruturais paralelos permite construir uma plataforma de trabalho entre eles, oferecendo maior segurança. No entanto, os operários preferem utilizar o sistema simples pois não têm obstrução nos trabalhos de pintura ou revestimentos exteriores.

Ao contrário de Hong Kong, onde já existem normas para segurança dos

mesmos, nomeadamente apoios metálicos intermédios fixos ao edifício aos quais a estrutura é amarrada, em Macau ainda predomina o empirismo de técnicos que herdaram a experiência de outras gerações, não havendo uma regulamentação específica quer de montagem, quer de segurança. O material não sendo uniforme, pois vai variando de secção e os nós acontecem em comprimentos variáveis, podem induzir forças ex-cêntricas. Por outro lado as mudanças de condições climáticas como a humidade e temperatura provocam efeitos adversos no bambú que torna difícil de controlar a resistência do andaime.

2 — Pavilhões tipo tenda

Estas estruturas são temporárias servindo um período entre Março e Abril. Anualmente durante este período celebram-se diferentes rituais dedicados a deuses chineses que tradicionalmente são acompanhados com festivais de ópera, muito apreciada pelos chineses. Para estas óperas são erguidas construções efémeras em forma de tenda em frente aos principais templos: em Macau, o templo da Barra, na Taipa, o templo da Pak Tai e em Coloane, o templo de Tam Kung.

Estas estruturas embora semelhantes na sua forma têm dimensões diferentes e especificidades variáveis. Passo a apresentar a descrição

construtiva do pavilhão de Tam Kung em Coloane.

Esta estrutura com as características de hoje em dia, ergue-se no mesmo local e pelo mesmo empreiteiro há mais de 30 anos, leva na totalidade 20 dias a ser construída e constitui a maior construção em bambú medindo aproximadamente 45 x 25 m. com 15 metros de altura e vão livre de 16 metros. Implanta-se numa malha de 5 x 4 m. na qual são erguidas as paredes longitudinais com uma malha reticulada de 1 x 1 m. aproximadamente. Parte da estrutura onde se localiza a zona do palco é constituída sobre a água à semelhança das palafitas. Seguidamente são construídas as treliças que se vão amarrando sucessivamente umas às outras, até cobrir a área total de construção. De salientar que as madres destas asnas são barrotes de madeira por serem mais rígidos, não tão flexíveis e que são reutilizados anualmente ao contrário do bambú. Os apoios intermédios são finalmente retirados deixando o sistema a funcionar como um todo. Resta então revestir a cobertura com plástico e na zona do palco com chapa de zinco para maior segurança. As paredes laterais e o palco são forrados com painéis de contraplacado e finalmente é instalado o sistema eléctrico, as portas e detalhes. Nesta construção são usadas um número aproximado de 1 500 a 2 000 canas de bambú e não requer mais de

6 a 7 homens especializados.

As corridas dos barcos de dragão são igualmente um acontecimento anual que celebram a honra de um nobre herói que viveu há 2 000 anos atrás. Para este efeito são erguidas construções lacustres que servem de apoio aos remadores e bancadas para o público. Aqui a curiosidade reside no método construtivo, que se baseia na forma como se avança de estaca em estaca por cima da água, sem os operários terem de estar ao nível da água. As estacas de bambú são introduzidas uma a uma com uma profundidade de 30 cm. no fundo lodoso. Duas colocadas lado a lado são travadas diagonalmente, permitindo assim avançar para o próximo estágio. Assim sucessivamente até a plataforma estar definida na sua geometria, depois é revestida e passa-se ao trabalho de construção das asnas até cobrir a área desejada.

Conclusão

Existindo em Macau esta cultura construtiva ainda tão viva, versátil e económica, seria salutar que fossem considerados esforços no sentido de tornar esta prática numa actividade

em evolução, apoiando investigações e cursos, quer práticos, técnicos ou científicos, para que por um lado fossem estudadas as espécies que melhor se adequam aos diferentes tipos de construção, bem como dar uma nova imagem a um material que se vê normalmente associado como material efémero. Em termos de arquitectura representa um desafio o desenvolvimento de novas abordagens, de aplicações contemporâneas ou de intervenções urbanas. Outra importante tarefa tem que ver com o delineamento de uma regulamentação, ou um código da prática que não seja só empírico.

O bambú como material de futuro

Hoje em dia com o conceito de ambientes sustentáveis, especialmente numa sociedade onde o ambiente e a economia estão em crise, o bambú está a ser considerado uma das respostas para um futuro sustentável, num mundo onde os recursos diminuem. Primeiro porque é uma das plantas que cresce mais rápido, é um produto de grande rendimento agroflorestal, pode reflorestar zonas degradadas facilmente,

cria mais oxigénio que o normal das árvores sendo um elemento crucial no equilíbrio de oxigénio/dióxido de carbono da atmosfera. É um purificador do solo, muitas vezes usado na China em encostas para prevenir a erosão de solos.

Há inclusivamente estudos que o apontam como um material alternativo em relação a determinados tipos de madeira. Primeiro porque é renovável, as espécies mais adequadas para construção crescem 25 a 30 cm. por dia, atingem o seu crescimento máximo nas primeiras seis semanas, e depois passam os três anos seguintes alternando açúcares e água com sílica e celulose. Depois, porque a planta é abundante; muitas espécies tropicais estão a ser importadas da Ásia e da América do Sul para climas temperados, nomeadamente os Estados Unidos da América e Europa, prevendo-se daqui a uma década que novas indústrias se estabeleçam considerando uma madeira de qualidade. Por último, a sua conhecida resistência fibrosa resiste duas vezes mais à compressão que o cimento e tem aproximadamente a mesma resistência à tensão que o aço.

João Palha, arquitecto (Macau)

Mensagem dirigida à Assembleia Geral do CIALP

EM virtude do empenho das associações nacionais e, sobretudo da AAM, Associação dos Arquitectos de Macau, liderada pelo colega Presidente Carlos Marreiros, torna-se possível mais um encontro do CIALP. Assim, esse memorável evento faz lembrar que, mesmo em meio a inúmeras dificuldades, arquitetos de todo o mundo de fala portuguesa têm reconhecido a importância da ideia que anos atrás nos entusiasmou, fez reunir em Lisboa para expor alguns de nossos sonhos e, finalmente, fundar o CIALP.

De fato, os encontros havidos em Portugal, Cabo-Verde, Brasil, Guiné Bissau, Angola e Macau, com os seus sugestivos seminários, exposições de livros e de projetos e assembleia gerais, têm reflectido o esforço daqueles que pensam nas potencialidades e nas vantagens culturais de um processo de relações e de consultas institucionalmente ordenado. Com efeito, os objectivos desejados incluem mais e melhores desempenhos quanto ao conhecimento, ao aperfeiçoamento e à divulgação de uma obra de mais de cinco séculos de história que, de forma reconhecida por todos, é do mais vivo interesse para a nossa coletividade internacional.

Contudo, mesmo reconhecendo que os progressos desde a fundação do CIALP não foram poucos, já que superamos a anterior inexistência de uma instituição



7ª. Assembleia Geral do CIALP

formalmente necessária aos nossos sonhados projetos de colaboração, os avanços me têm parecido sempre excessivamente tímidos diante das necessidades e tudo o que se pode ainda construir.

Na origem da simples problemática assim posta, não creio que uma certa falta de tentativas e de ação pessoal das delegações ou das próprias associações nacionais sejam as falhas de relevância a corrigir. Mas, certamente, contribuindo para as presentes dificuldades, há que reconhecer como fator importante a ausência

Continua →

→ de uma análise mais objetiva da situação existente, que possibilite identificar com claro discernimento os pontos fracos que mereçam receber um tratamento estratégico mais inteligente, incisivo e dedicado.

Temos de ter em mente que, dentre as associações nacionais que participam do CIALP, há as que pertencem a países que podem oferecer determinadas ajudas aos que se tornaram recentemente independentes e, em especial, aos que emergem de situações políticas perversas, que retardaram o seu desenvolvimento. Quanto a isto, é de nossa responsabilidade, por exemplo, apoiar o processo de surgimento de Timor Leste autónomo.

Quanto a isso, penso que deveríamos sensibilizar os governos do Brasil e de Portugal para aumentar os investimentos úteis que fazem dentro de um interesse exclusivamente cultural e independente. Afinal de contas, em relação à cooperação que eventualmente já mantenhiam, os custos adicionais não precisariam ser elevados.

Logo aparecem à minha consideração - e, com certeza à consideração também de todos os colegas delegados - a necessidade de reivindicar o maior apoio que poderia ser oferecido, sobretudo por esses estados, às associações de arquitetos dos demais países irmãos emergentes para:

- a formação e o aperfeiçoamento de arquitetos e urbanistas;
- o convite para viagens de participação em exposições e seminários;
- a doação de bibliotecas;
- a colaboração técnica com arquitetos.

Ainda haverá outras formas de associação que poderiam ser concretamente implementadas entre países membros, com o apoio de suas instituições nacionais e do CPLP, Conselho de Países de Língua Portuguesa. Isso será vantajoso para todos os colegas, uma vez que os arquitetos do Brasil e de Portugal, nos próprios contactos interpessoais que forem ensejados na prática

dos Intercâmbios possíveis e aqui mais uma vez lembrados, também podem muito acrescentar aos seus próprios conhecimentos.

Portanto, uma indagação pragmática e imediata pode ser posta sobre a mesa para saber porque não iniciar uma nova atitude pela promoção de consultas sistematicamente programadas, mesmo com as restrições financeiras que podem ocorrer diante de cada situação, mas que podem ser superadas com algum empenho de tempo e trabalho? Certamente uma prática deste tipo, se administrada atentamente, poderá conduzir a mais rico e produtivo relacionamento internacional, em que os dispositivos burocráticos se reduziriam ao mínimo proporcional e indispensável. Do contrário, o nosso CIALP lamentavelmente tornar-se-á apenas um mero lugar de encontros repetidos apenas para a apreciação de alguns temas abstractos e recorrentes.

Nas políticas que forem traçadas durante o presente VII Encontro, estimo outrossim que os problemas logísticos da divulgação indispensável, incluindo o boletim e o sítio na Internet, voltem a ser discutidos e decididos com mais detalhe. Trata-se de procurar instrumentos válidos para sensibilizar o maior numero possível de colegas quanto às questões que fundamentam a existência do CIALP.

De todo modo, está claro que ainda há muito a fazer. Mas, para a formulação da estratégia que ainda nos falta, tenho a impressão que, com alguma facilidade, o CIALP, no presente VII Encontro, poderá produzir uma análise objetiva e orientar-se então para uma já tão esperada maturidade. Com certeza, há investimentos que, por sua natureza, não podem ser considerados muitos custosos, bastando que um sentimento de solidariedade e um convencimento superior sejam motivados pelas necessidades sobretudo das associações de arquitetos dos países mais novos e pertencentes à nossa comunidade lusófona.

João Honório de Mello Filho, arquitecto (Brasil)
Conselheiro Técnico do CIALP

A Fortaleza de São José de Amura

Razões de uma escolha

ESTE trabalho que ora apresento decorre da quase obrigatoriedade que a tradição dos nossos encontros impõe, de o tema a ser apresentado, ser relacionado com o país do apresentador. Tradição essa que subscrevo plenamente, ou não seria este um fórum de troca de opiniões e experiências de práticas diferentes. Este exercício sucede também da necessidade tradicional de respeitar o tema genérico escolhido para o habitual Seminário Temático, que neste encontro é Dinâmica Transcultural da Arquitectura.

Dos três Painéis ou sub-temas predeterminados, escolhi o primeiro que é assim definido: "Património e a memória das cidades (Restauro e reinterpretação do património histó-

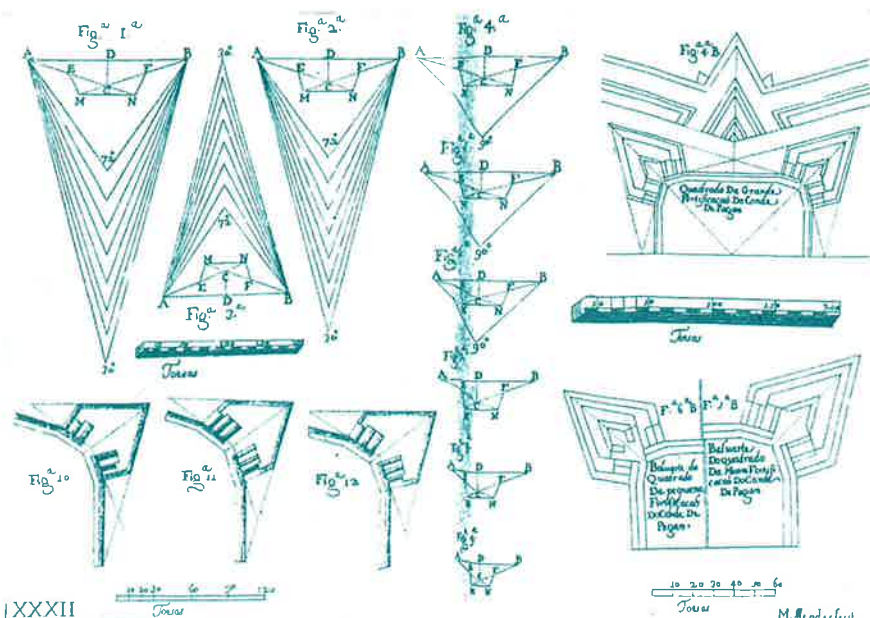
rico)". Devo dizer que a escolha do sub-tema não foi fácil, pois falar do património e memória das cidades, no caso de territórios com vinte e tal anos de existência como nações, é tarefa assaz árdua. Mas como o património e a memória das cidades existem independentemente das sistematizações artificiais, sejam eles de carácter geográfico, histórico ou político, tentarei de certa forma, falar da memória da minha cidade natal, através de um património histórico que lhe pertence - A Fortaleza de Bissau - , pois "os monumentos são uma espécie de herança, de permanência, destinada a testemunhar as aspirações e as ambições, pessoais e colectivas, através de instrumentos duráveis:

os monumentos em pedra, em mármore, em ferro, em cimento. E a beleza de uma cidade, o seu poder ser "arte", deriva exactamente da contradição existente entre o propósito inicial (o motivo por que se ergue o monumento) e a realidade mutável do uso dessa herança."

Os motivos e o propósito inicial porque se ergueu este monumento serão adiante explicitados, mas quanto a realidade mutável do uso dessa herança, posso dizer que ela permanece a mesma, com certas nuances.

Continua a ser aquilo que é, desempenhando as mesmas funções para que foi construído.

Também por outras contingências, fui levado a escolher este sub-tema. Devo sublinhar, como factor de in-



XXXII

Gravura de Manuel Mendes, no "Método Lusitânico de Desenhar Fortificações" de Luís Serrão Pimental, 1680.

fluência, o facto de os recentes acontecimentos políticos no meu país terem paralisado toda e qualquer actividade de âmbito urbanístico e arquitectónico, com a agravante de não se saber se as que existiam em fase de realização prática ou na fase de acabamento, projectos, estudos, etc., serão possíveis e viáveis num futuro próximo - sem possibilidades de prever ou antever os novos caminhos da arquitectura e urbanismo nacionais, decide ater-me ao que é histórico e imutável, que nos dá a certeza e a segurança do porvir.

Esta a atitude de me socorrer de um objecto arquitectónico perene (de certa forma no imaginário das gerações passadas, presentes), que com a sua história, é um património da cultura e arte e a vez um monumento histórico, que é memória última e primeira da cidade de Bissau, desde os primórdios da sua fundação, advém da necessidade imperiosa de protecção psicológica porque, quando os valores que assentam todo um país, sociedade ou povo estão em perigo, "o «testemunho» dos monumentos continua a ser válido exactamente em virtude das constantes transformações ou adaptações que estes pressupostos «eternos» ao nascer, sofrem no tempo histórico-social; voltando assim a confirmar o seu carácter de validade temporal que quando mais dura mais tende, no limite, para uma possível «eternidade» (entendida como continuidade de uma presença)."

Esta eternidade, entendida como a continuidade de uma presença, nos remete para a presença portuguesa em Bissau, consubstanciada na his-

tória da construção da própria fortaleza, que vai por sua vez dialecticamente condicionar essa presença.

Falar de etapas de construção do forte, é falar do nascimento e a lenta evolução histórica da cidade de Bissau, uma evolução que do ponto de vista urbanístico e arquitectónico parou no tempo.

Esta fortaleza, é hoje o único património histórico nacional, que dá bases e permite uma reflexão e entendimento para um trabalho a desenvolver no contexto do primeiro sub-tema, já sublinhado, deste seminário; mas também o escolhi por outras razões, que entendo não serem menos importantes. Fazendo este trabalho, que é também sobre a presença portuguesa em África, tenho em mente alguns objectivos mais práticos:

Primeira razão e mais importante, é a que se prende com a necessidade de restaurar e proteger este património único, contemporâneo da história dos "descobrimentos" portugueses em África. Pois a odisséia portuguesa é também património dos povos africanos que comungam com eles uma língua comum, sem esquecer outros povos de outras latitudes e porque enfim a saga dos descobrimentos é património da Humanidade, por ter feito do planeta um lugar mais perto e conhecido.

Portanto a necessidade de divulgar e fazer conhecer este monumento além fronteiras, para fazer as pessoas conhecer mais sobre a cidade de Bissau e em particular desta obra de vulto, para deste modo interessar organizações, fundações e particulares, da importância do seu restauro e recuperação definiti-

va. Quando falo deste património, tenho em mente tantos outros iguais a ele pelo seu valor simbólico e arquitectónico, que existem em todos os Países e Territórios de Língua Oficial Portuguesa.

Pois monumentos como estes "tornam-se significativos a respeito desta ou daquela cidade, exactamente porque a sua presença específica, ao princípio, e com a diversificação de utilização depois, contribuem de maneira determinante para fazer que as referências parciais relativas ao conjunto, à forma urbana no seu todo, mudem".

A segunda razão tem a ver com a nossa organização: se o CIALP existir apenas para divulgar e lutar para proteger este património comum, já seria uma grande organização. Se há crise de identidade quanto ao papel desta organização, se persistirem dúvidas quanto à sua utilidade, acções de salvaguarda e protecção do nosso património arquitectónico e urbanístico pelo mundo fora, seria razão mais que suficiente para haver orgulho de pertencer a semelhante organização.

Porque o CIALP tem uma grande vocação a cumprir incrementando e apoiando a arquitectura e urbanismo nos novos países. Sem esquecer a salvaguarda do património português de Macau à Guiné passando por Angola, Cabo-Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe.

Mas também houve uma razão que me fez debruçar um pouco sobre este assunto: esta razão prende-se com o profundo papel que esta fortaleza desempenhou no meu imaginário, a partir do momento que a visitei pela primeira vez, quando ainda criança, levado pela mão de um amigo da família, cabo do exército português, então a servir na Guiné, há quase trinta anos atrás. Na altura era ainda um dos quartéis mais importantes da Guiné. A sua imponência e grandiosidade - «obra notável pelas suas proporções e dimensão», no dizer do arquitecto Luís Benavente que o visitou em Julho de 1962 - sempre exerceu um fascínio imenso em mim, morador da pequena cidade de Bissau. Cresci, por assim dizer, à sombra das suas paredes, pois a escola primária, aonde então fiz o ensino primário era "colada" aos seus muros.

Fernando Teixeira,
arquitecto (Guiné-Bissau)
Delegado da UAGB ao CIALP

A Dinâmica Transcultural da Arquitectura

DESDE os primórdios da humanidade que o homem tem vindo (utilizando a arte, a técnica e a ciência como ferramentas) a construir o seu habitar.

O homem domesticou-se a si mesmo, dando origem a mundos comportamentais e sensoriais diferentes. A noção, por exemplo, de multidão e de sobrepopulação varia de grupo para grupo. O homem foi e é interlocutor principal do seu próprio meio.

Na dinâmica da produção de espaços, o homem dotado de conhecimentos para o efeito (arquitecto) sentiu a necessidade de "controlar" o espaço de maneira a torná-lo habitável. Produ-lo enquanto Homem e para o Homem, à dimensão do Homem.

É na ocupação do solo que se destaca o processo de elaboração arquitectónica. A arquitectura na sua concepção mais alta, representa um símbolo equilibrado, indissolúvel, entre os valores estéticos e particulares da arte, bem como as exigências materiais de uma criação de utilidade prática.

A arquitectura é uma riqueza cultural que nos deve acompanhar sempre.

Cumpramos o dever de lembrar que, tudo ao longo dos séculos, as civilizações do mundo inteiro sempre destacaram os monumentos que exprimem as formas tangíveis dos seus ideais, as aspirações e as crenças dos povos. Hoje, a evolução demográfica e económica, como já mais visto até agora, tem perigado a sobrevivência deste património cultural.

Assim, as obras monumentais dos povos reflectem uma mensagem espiritual do passado e representam, na vida actual, o testemunho vivo da sua tradição secular. A humanidade, que todos os dias assume os valores humanos, considera-as património comum, reconhecendo-se responsável pela sua salvaguarda perante as gerações futuras, sentindo-se no dever de transmitir a sua completa autenticidade.



7º Encontro CIALP, Macau, Junho 99. Centro de Actividades Turísticas

As Cidades são um Património, uma Memória.

Qual a nossa atitude de forma a darmos um sentido de contemporaneidade na arquitectura, tendo como base o reflexo dessa mensagem espiritual do passado?

Sem dúvida que a nossa acção deverá basear-se no sentido de procurarmos estabelecer um equilíbrio, ainda que na diversidade da forma/função dos elementos novos a serem edificados, respeitando as necessidades, costumes, formas urbanas, prioridades sociais e condições ambientais das zonas a prever nos planos para o desenvolvimento urbano.

Então, a Dinâmica Transcultural da Arquitectura está na atitude "Cultural" que devemos tomar na elaboração do Desenho Urbano.

Na viragem do século, quase metade do mundo viverá em áreas urbanas, de cidades pequenas a enormes megacidades. O sistema económico mundial será cada vez mais urbano, com redes sobrepostas de comunicação, de produção e de comércio. Este sistema, com as suas correntes de informação, de energia, de capital, comércio e pessoas, será a coluna dorsal do desenvolvimento dos países. O futuro das cidades dependerá da forma crítica do lugar que ocupará dentro do sistema urbano nacional e internacional. O

mesmo passar-se-á com o destino dos campos. Com efeito, o campo está a ser urbanizado.

Este será o século da revolução urbana. Em quase 50 anos, o número de pessoas a viver nas cidades quase triplicou, com um aumento de 1,25 / 1,30 biliões. Nas regiões consideradas mais desenvolvidas, a população quase duplicou, subindo de 450 milhões para 880 milhões. Nos PVD, quadruplicou de 286 milhões para 1,15 biliões (projeções urbanas e rurais - Secção de população da ONU, NY).

Em pouco mais de 70 anos, a população urbana do mundo em VD aumentou dez vezes: cerca de 100 milhões em 1920 para perto de bilião nos nossos dias, e a população rural mais do que duplicou.

A população de muitas das grandes cidades de África a sul do Sahara aumentou mais de sete vezes (Nairobi, Dar-es Salaam, Nouakchott, Lusaka, Lagos, Kinshasa, entre outras). Durante o mesmo período de tempo a população em muitas cidades da Ásia e América Latina (tais como Seul, Bagdad, Dhaka, Amã, Bombaim, Jacarta, Cidade do México, Manila, São Paulo, Bogotá, Manágua) triplicou ou quadruplicou. Em todas estas cidades, a imigração contribuiu mais que o crescimento natural para o aumento da

população nas décadas recentes.

Em muitos países em VD as cidades cresceram muito mais do que se poderia imaginar em apenas algumas décadas - uma velocidade sem precedentes.

Muitos peritos duvidam que estes países criem estruturas urbanas num futuro de 30 - 40 anos.

Estas previsões, colocam o desafio urbano definitivamente nos PVD. Quer isto dizer que estes países terão de aumentar em mais de 65% a sua capacidade de criar e administrar as suas infra-estruturas urbanas, serviços e habitações, unicamente para manter as condições actuais. E o desafio é que isto em muitos países tem de ser conseguido em condições de grandes dificuldades, incertezas económicas, com os recursos a diminuírem em relação às necessidades e expectativas sempre em crescimento.

Quando metade ou mais da força de trabalho de uma cidade não tem hipótese de conseguir um terreno legal onde possa construir uma casa, e muito menos de comprar ou alugar legalmente, o equilíbrio entre o direito de posse de terras e o bem comum tem que ser rapidamente repensado. A in-

tervenção do governo tem de ser reorientada no sentido a que os limitados recursos tenham o efeito máximo no melhoramento das condições de habitação para os pobres. As opções de intervenção são muitas mas podem seguir as seguintes prioridades:

- Legalizar as casas clandestinas;
- Assegurar a disponibilidade de terreno;
- Fornecer infra-estruturas e serviços;
- Instalar postos que dêem conselhos e assistência técnica;
- Planificar a guiar a expansão física da cidade;
- Ponderar formas de intervenção pública;
- Mudar os sistemas de financiamento a habitação.

Grandes melhoramentos podem ser feitos, relativamente baratos, em todas estas áreas. Mas os custos só serão baixos se os grupos de baixa renda forem encorajados a participar totalmente daquilo de que precisam.

De forma a que se consolidem cada vez mais estas estratégias urbanas de desenvolvimento, será necessário encontrar sempre mais recursos, de todo o tipo, de forma inovadora como;

• Encorajar a cooperação público/privado;

• Dar consideração ao apoio da agricultura urbana (meio de subsistência);

• Reaproveitamento, reutilização ou reciclagem de materiais.

O futuro vai ser predominantemente urbano e os problemas ambientais mais imediatos serão também urbanos. A eficácia dos esforços para melhorar a vida urbana depende muito da saúde da economia nacional.

Mas, acima disso, está a necessidade de fortalecer a cooperação entre países em vias de desenvolvimento e aumentar os vários tipos de apoio directo da comunidade internacional.

Uma pesquisa mais elaborada podia servir de base para se repensar a cidade do terceiro mundo. Podiam-se também alimentar programas de treino à escala do(s) país(es) para pessoal dos municípios e de outros organismos locais. Contudo, terá que se fazer um grande esforço no sentido de se recolher uma boa informação e análise locais; muito pouco de tudo isto se encontra nos países e cidades em VD.

António Gameiro, arquitecto (Angola)
Secretário Geral do CIALP

Comunicação do presidente da Junta Directiva, feita na sessão de abertura do 7º Encontro CIALP, no Leal Senado de Macau

NUM tempo de algum cepticismo em relação à capacidade organizativa e participativa dos arquitectos em torno de objectivos comuns, independentemente de ideologias políticas, de credos religiosos, de dificuldades inerentes a objectivas dificuldades de desenvolvimento de alguns dos nossos países, ou ainda dos gravíssimos problemas internos da Guiné-Bissau e de Angola, tem este 7º Encontro CIALP de Macau uma das mais fortes participações de sempre, com a presença de todas as delegações dos oito países ou regiões que formam este Conselho Internacional, assim como de Timor Leste, indo a Junta Directiva tudo fazer para que no próximo encontro a realizar no ano 2 000 possamos igualmente contar com a presença de uma maior delegação de arquitectos timorenses.

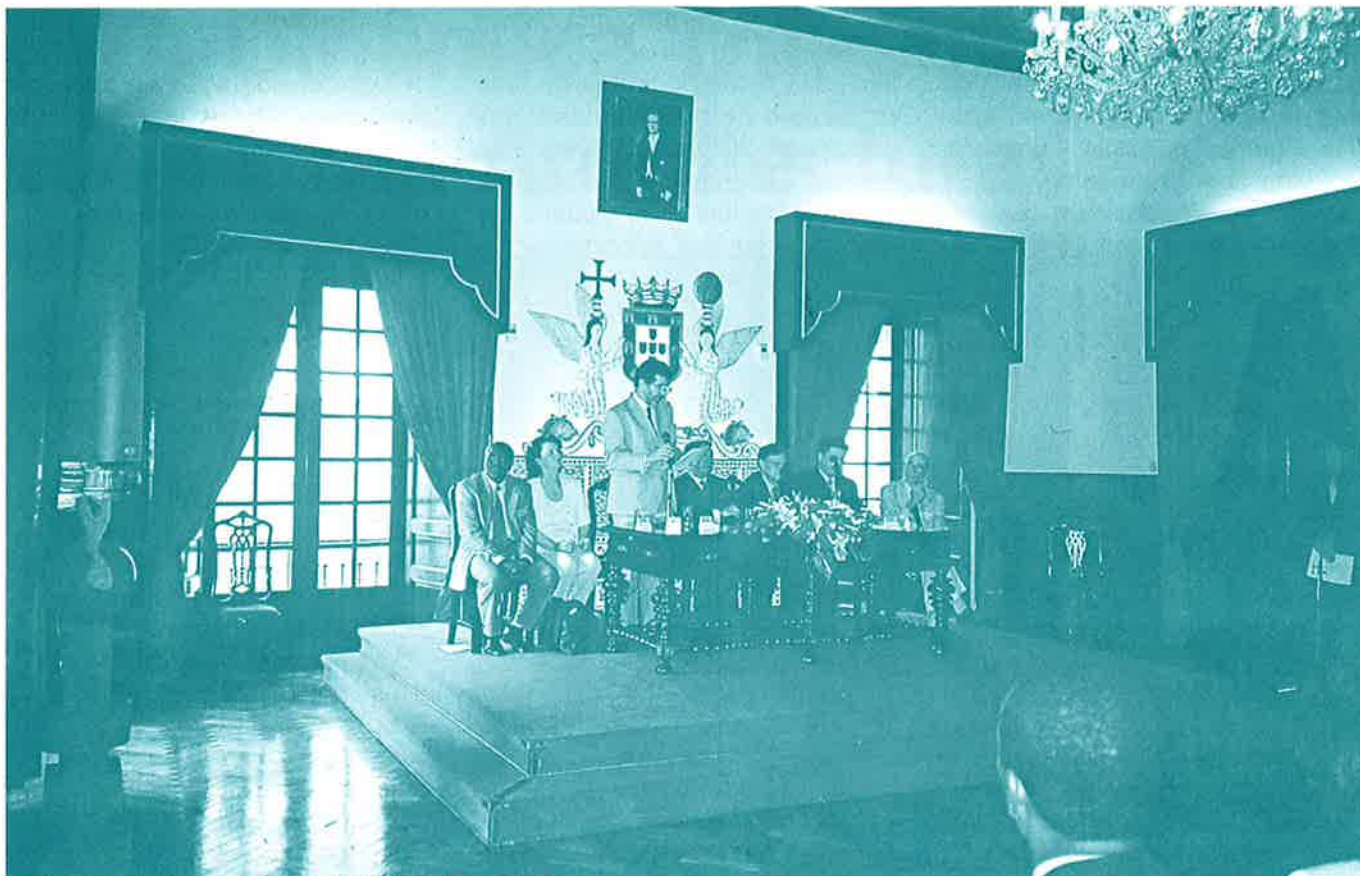
Atendendo aos seus estatutos, é o CIALP composto pelas Associações Nacionais de Arquitectos dos países membros, o que significa no panorama internacional, a representações de perto de 75 000 arquitectos, pesada responsabilidade deste Conselho formado em Junho de 1991 em Lisboa, há precisamente oito anos.

Os cerca de 200 milhões de falantes em Português dão-nos também crescente peso e responsabilidade no nosso relacionamento profissional mútuo, assim como no relacionamento com outras instituições internacionais, sejam elas de âmbito regional ou de âmbito global ou universal como a UIA, União Internacional dos Arquitectos, também representada neste Encontro de Macau.

Importará que, sedimentadas as nossas relações pessoais e profissionais que constituíram a nossa primeira fase de relacionamento, se implementem conjuntamente e de forma pragmática, outro tipo de acções, que melhor estruturam e organizem os profissionais dos nossos oito países ou regiões.

Serão acções complementares à dinamização e melhor divulgação do Boletim CIALP, à elaboração do Dicionário Terminológico da Arquitectura, cuja efectiva regulamentação a breve trecho dos Prémios CIALP de Arquitectura, ou ainda de outras acções julgadas oportunas, sejam elas por proposta da Assembleia Geral, da Junta Directiva ou das Delegações dos diversos países.

Continua→



Cerimónia de abertura do 7º Encontro CIALP, Leal Senado de Macau

→ O tema da transculturalidade sobre o qual se debaterá neste 7º Encontro de Macau, ou mais propriamente a “Dinâmica Transcultural da Arquitectura”, que como bem o disse o colega Michel Toussaint Alves Pereira, Director do Jornal Arquitectos, é lançado pelo CIALP como “desafio apropriado aos fundamentos da sua organização que, acercando-se da ideia de um legado cultural comum, baseado na língua portuguesa e cimentado através da História, tenta, nestes finais do século XX, debater e reconhecer, questões que dizem respeito aos arquitectos”.

Também não é inocente ou fruto de um qualquer acaso a escolha de Macau neste ano de 1999 para a realização do Encontro do CIALP. Tiveram para esta escolha particular importância os Delegados de Macau e a nova Direcção da Associação dos Arquitectos de Macau. O momento particular da transferência da soberania do território de Portugal para a China, confere também aos arquitectos e à sua associação acrescida responsabilidade cultural e profissional em tudo quanto tenha a ver com o respeito pela personalidade muito pró-

pria dos seus ambientes e do seu património edificado, espelho de longa e personalizada coabitação luso-chinesa, assim como da por todos esperada contribuição futura na crescente qualificação e desenvolvimento do território, nas quais terão certamente os arquitectos um papel determinante.

Nesta sessão de abertura dos trabalhos do 7º Encontro CIALP de Macau, agradeço a todas as pessoas e instituições que com o seu esforço ajudaram a organizá-lo, fazendo um apelo a todos os participantes para que com as suas comunicações, intervenções e debates, o transformem num fórum de trabalho e reflexão nos domínios cultural e profissional, susceptível de atrair novas pistas de estudo e de actuação conjunta, não sendo de excluir a publicação, não de conclusões pois não é esse o objectivo do Encontro, dos textos reflexivos que melhor explicitem e consolidem esta transculturalidade, que é aliás a matriz e a razão de ser do Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa.

**José Silva Carvalho, arquitecto
Presidente**

POR TIMOR INDEPENDENTE, RECONSTRUIR DÍLI

A ORDEM dos Arquitectos e o Conselho Internacional dos Arquitectos de Língua Portuguesa lançam a proposta de criação de um gabinete para a reconstrução de Díli, colocando-se para o efeito à disposição dos legítimos representantes do povo de Timor independente.

Nesse sentido, serão contactadas organizações profissionais e outras para darem corpo à ideia e integrarem essa estrutura, na qual deverão ter papel determinante os arquitectos timorenses, e designadamente os que são membros do CIALP.

Os arquitectos portugueses interessados em apoiar e levar avante esta iniciativa de solidariedade são, desde já, convidados a contactar o Conselho Directivo Nacional da Ordem dos Arquitectos (Portugal - tel: 324 11 00 / fax: 324 11 01) que acolherá todas as propostas.